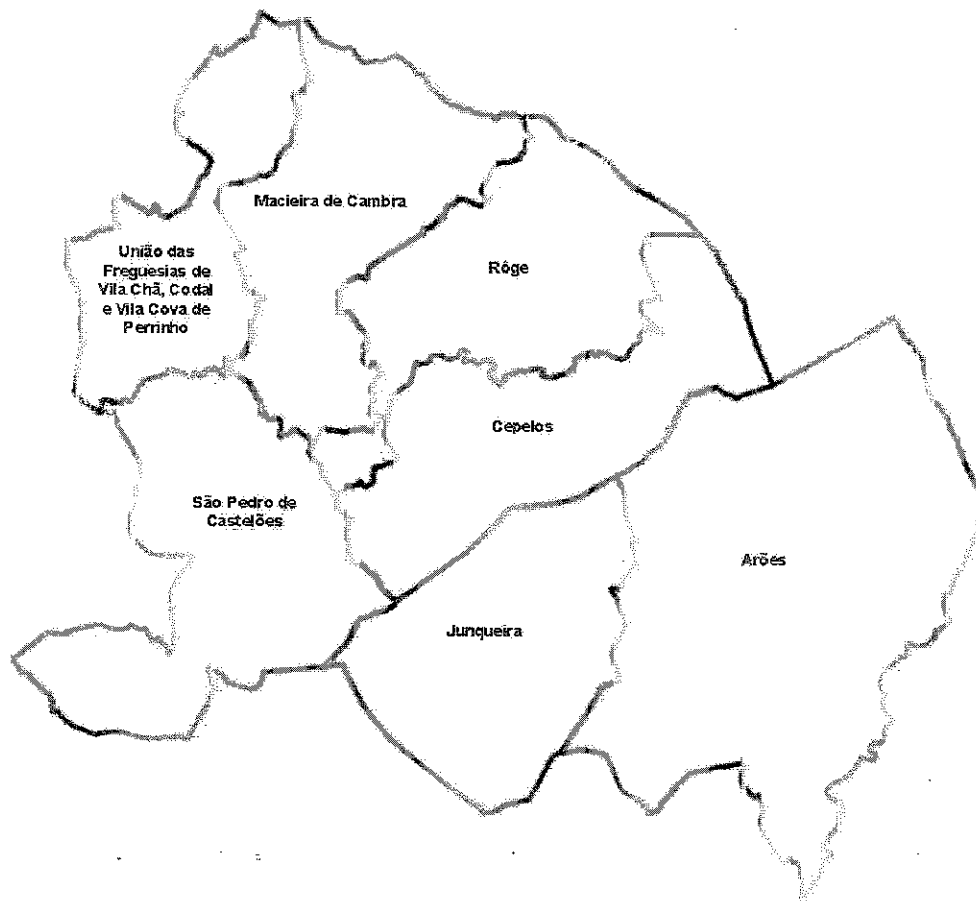
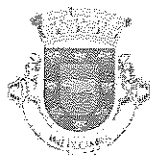


Município de Vale de Cambra

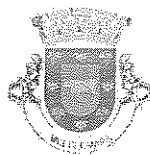


Relatório de Gestão 2013



ÍNDICE

1. Introdução.....	3
2. Organização do Município.....	4
2.1 - Assembleia Municipal.....	4
2.2 - Câmara Municipal.....	5
3. Participações do Município.....	10
3.1 - Participação em Entidades Societárias e não Societárias.....	10
4. Análise Orçamental.....	11
4.1 – Execução Global do Orçamento.....	11
4.1.1 – Execução do Orçamento da Receita.....	13
4.1.2 – Execução do Orçamento da Despesa.....	15
4.1.3 – Serviço da Dívida.....	19
4.1.4 - Estrutura Orçamental – Rácios.....	19
4.1.5 - Resumo dos Fluxos de Caixa.....	20
5. Endividamento.....	21
6. Análise Económico-Financeira.....	23
6.1 - Balanço.....	23
6.2 – Demonstração de Resultados.....	25
7. Proposta de Aplicação do Resultado Líquido do Exercício.....	27
8. Informações.....	28
8.1 Redução dos pagamentos em atraso – Leis do Orçamento do estado para 2012 e 2013 - Ofício da DGAL.....	28
8.2 – Contrato de empréstimo no âmbito do Programa de Regularização Extraordinária de Dívidas do Estado (PREDE).....	28
9. Anexos às Demonstrações Financeiras.....	29
Introdução.....	29
9.1 – Caracterização da Entidade.....	30
9.2 – Notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados.....	34
9.3 - Notas sobre o Processo Orçamental e Respetiva Execução.....	44
ANEXOS.....	46

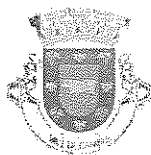


1. Introdução

O Relatório de Gestão agora apresento, procede a uma análise à gestão do Município de Vale de Cambra no ano de 2013. Teve por base o Orçamento e as Grandes Opções do Plano (GOP's) - subdivididas em Plano Plurianual de Investimentos e Plano de Atividades Municipal – devidamente aprovados pela Câmara Municipal e Assembleia Municipal -. Apresentam-se também informações com base em documentos contabilísticos de carácter patrimonial, como é o caso do Balanço, da Demonstração de Resultados e dos Fluxos de Caixa, entre outros. No presente documento são apresentados e explicados os indicadores de gestão relacionados com a estrutura da receita, nomeadamente quanto à sua análise global, à sua distribuição por classes, à sua evolução e à sua execução orçamental. Relativamente à despesa, o critério de apresentação segue os mesmos trâmites que a apresentação da receita, juntando ainda uma explicação mais detalhada sobre a desagregação da despesa de capital pelos objetivos e programas incluídos no Plano Plurianual de Investimentos. Procede-se também à comparação entre a receita arrecadada e a despesa paga, permitindo-se assim o apuramento do valor com vista a uma eventual revisão orçamental a ser incluída no Orçamento de 2013, de acordo com a legislação em vigor.

O Município resolveu solicitar a uma entidade independente uma Auditoria Financeira à data de 31 de Outubro de 2013, com a finalidade de serem identificados os principais riscos das demonstrações financeiras associados às diferentes áreas, apurando o endividamento real e as contingências atuais e potenciais à data. Neste seguimento, a sociedade de Revisores Oficiais de Contas contratada para o efeito está a desenvolver o seu trabalho que se iniciou em finais de Fevereiro com data de conclusão prevista para Maio deste ano. Deste trabalho poderão resultar situações com impacto actual ou potencial nas demonstrações financeiras, ainda não quantificado no momento desta prestação de contas.

Assim, submete-se à apreciação e deliberação da Câmara Municipal, para posterior



análise e aprovação pela Assembleia Municipal de Vale de Cambra, o presente Relatório de Gestão, acompanhado dos documentos de prestação de contas que dizem respeito ao ano de 2013 e que estão associados a esse relatório, cumprindo-se deste modo o preceituado no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais.

2. Organização do Município

2.1 - Assembleia Municipal

Conforme o estipulado pela Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Assembleia Municipal de Vale de Cambra, órgão com funções essencialmente deliberativas e fiscalizadoras da atividade da Câmara Municipal, é constituída por 30 membros, dos quais 21 são eleitos diretamente e 9 por inerência, pois tratam-se de Presidentes de Junta.

A Mesa da Assembleia Municipal é, assim, constituída por:

Manuel Augusto de Bastos Carvalho, Dr. - Presidente

António Fernando de Pina Marques, Dr. - 1.º Secretário

Maria de Fátima Castro Soares da Silva Fonseca, Eng.ª - 2.º Secretário

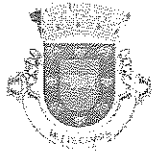
Após o ato eleitoral do dia 29 de Setembro de 2013 e conforme o estipulado pela Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Assembleia Municipal de Vale de Cambra, órgão com funções essencialmente deliberativas e fiscalizadoras da atividade da Câmara Municipal, é constituída por 28 membros, dos quais 21 são eleitos diretamente e 7 por inerência, pois tratam-se de Presidentes de Junta.

A Mesa da Assembleia Municipal é, assim, constituída por:

Rui Manuel Martins de Almeida Leite, Eng. - Presidente

Jorge Manuel dos Santos Silva, Eng. - 1.º Secretário

Susana Maria da Cruz Tavares Ferreira - 2.º Secretário



2.2 - Câmara Municipal

Em conformidade com a Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Câmara Municipal tem a seguinte constituição:

PRESIDENTE

José António Bastos da Silva, Eng.

Despacho 9/P/2009, de 29 de Outubro

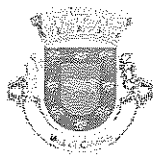
- Obras Municipais – em regime de Empreitada
- Recursos Humanos
- Proteção Civil
- Juntas de Freguesia
- Administração e Finanças:
 - Contabilidade
 - Aprovisionamento
 - Património
- Ordenamento do Território:
 - Estudos e Projetos
 - Informação Geográfica
 - Gestão de Candidaturas
 - Indústria
- Informação e Relações Públicas
- SAM

VEREADORES

Elisabete Soares Moreira da Rocha, Dr.ª

Despacho 9/P/2009, de 29 de Outubro

- Taxas, Licenças e Expediente Geral
- Expropriações
- Património Imobiliário
- Execuções Fiscais
- Núcleo de Atas

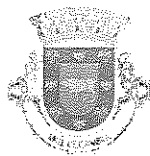


- Gestão Cemiterial
- Comércio, Mercados e Feiras
- Defesa do Consumidor
- Serviço de Sanidade Pecuária
- Desenvolvimento Social (Ação Social)
- Apoio ao empresário e ao emprego
- Educação e Ensino
- Saúde
- Transportes Escolares
- Equipamentos Escolares

José Pedro Vieira de Almeida, Mestre Eng.ª Urbana

Despacho 9/P/2009, de 29 de Outubro

- Modernização Administrativa/Qualidade
- Obras Particulares
- Obras Municipais – em regime de administração direta
- Gestão de viaturas e manutenção de equipamentos municipais
- Manutenção da rede viária e sinalização
- Segurança dos equipamentos municipais
- Fiscalização de Obras Públicas
- Serviços Urbanos e Ambiente:
 - Abastecimento de Água
 - Saneamento
 - R.S.U.
 - Metrologia
 - Higiene e Limpeza
 - Ambiente/Qualidade de Vida
 - Proteção Florestal
 - Jardins e Espaços Verdes



Adriana Helena Silva Rodrigues, Dr.ª

Despacho 9/P/2009, de 29 de Outubro

- Informática

- Cultura, Desporto e Turismo:

Biblioteca, Documentação e Arquivo

Património e Museus

Desporto e Tempos Livres

Associativismo

Juventude

Turismo

Gestão dos Equipamentos Culturais e Desportivos

José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva

Daniela Sofia Paiva da Silva, Dr.ª

Jorge Manuel Santos Silva, Eng.º, em suspensão de mandato desde 3 de maio de 2012 tendo ocupado a vaga a Sra. Susana Maria Cruz Tavares Ferreira.

Após o ato eleitoral do dia 29 de Setembro de 2013 e em conformidade com o nº1 do artigo 69º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, e do disposto nos artigos 35º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo, a Câmara Municipal de Vale de Cambra, tem à seguinte constituição:

PRESIDENTE

José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva

Despacho 5/P/2013, de 23 de Outubro

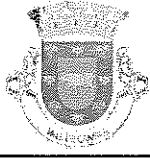
- Obras Municipais:

Empreitadas

- Obras por Administração Direta

- Proteção Civil

- Juntas de Freguesia



- Estudos e Projetos
- Informação Geográfica
- Gestão de Candidaturas
- Indústria
- Empreendedorismo e Apoio ao Emprego
- Imprensa e Relações Públicas
- Turismo
- Toponímia
- Rede Viária, Trânsito e Sinalização
- Manutenção de Equipamentos Municipais
- Segurança dos Equipamentos Municipais
- Ambiente:
 - Águas e Saneamento
 - Jardins e Espaços Verdes
 - RSU
 - Proteção Florestal
 - Ruído

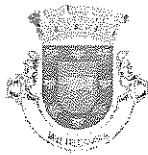
VEREADORES

António Alberto Almeida de Matos Gomes, *Dr.*

Despacho 5/P/2013, de 23 de Outubro

Administração e Finanças

- Património Imobiliário
- Expropriações
- Execuções Fiscais
- Taxas, Licenças e Expediente Geral
- Gestão Cemiterial
- Comércio, Mercados e Feiras
- Obras Particulares
- Sanidade Animal e Pecuária



- Iluminação Públicas
- Gestão de Viaturas

Maria Catarina Lopes Paiva, Eng.ª

Despacho 5/P/2013, de 23 de Outubro

- Ação Social
- Educação
- Transportes Escolares
- Equipamentos Escolares
- Informática
- Modernização Administrativa/Qualidade
- Núcleo de Atas
- Recursos Humanos
- SAM
- Saúde

Daniela Sofia Paiva da Silva, Dr.ª

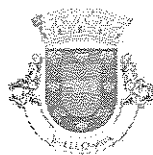
Despacho 5/P/2013, de 23 de Outubro

- Associativismo
- Cultura
- Desporto
- Equipamentos Culturais e Desportivos
- Juventude
- Patrimónios e Museus
- Metrologia
- Defesa do Consumidor

José António Bastos da Silva

Elisabete Soares Moreira da Rocha, Dr.ª

Nelson da Silva Martins, Dr.



3. Participações do Município

3.1 - Participação em Entidades Societárias e não Societárias

O Município de Vale de Cambra possui participações nas seguintes entidades Societárias:

valorização ao custo histórico

Denominação	Capital	Participação	%
ERSUC – Resíduos Sólidos do Centro, S.A.	8.500.000,00 €	96.275,00 €	1,13%
Lusitaniagás – Companhia de Gás do Centro, S.A.	20.500.000,00 €	3.895,00 €	0,02%
Município – Empresa de Cartografia e Sist. Informação	3.236.678,67 €	24.950,00 €	0,77%
Primus – Promoção, Desenvol. Regional, EMT, S.A.	813.859,02 €	499,00 €	0,06%

valorização pelo método de equivalência patrimonial

Denominação	C. Social	RL 2013	Cap. Próprios	% partic.
VCP – Parque Estacion. Vale de Cambra	205.000,00 €	(419.016,92 €)	(685.948,81 €)	49,00%

No que respeita às Entidades não Societárias, o Município de Vale de Cambra participa nas seguintes:

Área Metropolitana do Porto
Foresp
ANMP
Porto e Norte, Turismo do Porto e Norte de Portugal, E.R.
AMTSM
ADRMAG (Assoc. Desenv. Rural Integrado Serras Montemuro, Arada e Gralheira)
Energaia – Agência Energia Sul Área Metropolitana do Porto



4. Análise Orçamental

Tendo por fim o cumprimento dos princípios preconizados no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro e alterações, pretende-se com o seguinte capítulo revelar os elementos relativos à atividade financeira e patrimonial do Município, durante o ano de 2013.

Neste sentido, é evidenciada a evolução da situação económico-financeira, bem como da execução do orçamento no que se refere aos aspetos mais relevantes da atividade financeira, nos domínios das receitas e das despesas.

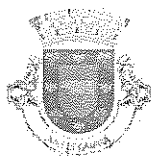
É, também, avaliada a evolução dos custos e proveitos, os resultados do exercício e o endividamento líquido bem como a situação financeira do Município, tendo por base os indicadores de gestão financeira apropriados à análise do Balanço e da Demonstração de Resultados.

A análise realizada é sustentada pelos elementos apresentados nos diversos documentos de prestação de contas, devidamente evidenciados nos quadros e gráficos que se seguem.

4.1 – Execução Global do Orçamento

De seguida apresenta-se um quadro que evidencia os valores finais, executados e respetivos desvios, da receita e da despesa, por forma a avaliar a fiabilidade do Orçamento do Município, bem como a capacidade financeira da sua execução em função do montante arrecadado.

As taxas de execução da despesa referem-se a obrigações efetivamente pagas e não a despesas com a totalidade dos compromissos assumidos, no exercício de 2013.

**QUADRO N.º 1 – EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DE 2013**

Un.: Euros (€)

DESIGNAÇÃO	ORÇAMENTO	EXECUÇÃO		TAXA DE EXECUÇÃO
	FINAL (a)	VALOR (b)	DESVIO (b)-(a)	(b)/(a)
1 – Saldo da Gerência Anterior	1.132.903,50 €	1.132.903,50 €	0,00 €	100,00%
Receitas Correntes	13.123.035,00 €	12.092.908,83 €	-1.030.126,17 €	92,15%
Receitas de Capital	11.424.366,00 €	6.152.558,48 €	-5.271.807,52 €	53,85%
Reposições Não Abatidas nos Pagamentos	50,00 €	0,00 €	-50,00 €	0,00%
2 – Total de Receitas	25.680.354,50 €	19.378.370,81 €	-6.301.983,69 €	75,46%
Despesas Correntes	11.758.790,00 €	9.414.109,26 €	-2.344.680,74 €	80,06%
Despesas de Capital	13.921.564,50 €	8.453.020,90 €	-5.468.543,60 €	60,72%
3 – Total de Despesas	25.680.354,50 €	17.867.130,16 €	-7.813.224,34 €	69,58%

Da análise efetuada verifica-se que o total do Orçamento aprovado para o exercício foi de 25.680.354,50 €, sendo o total da receita cobrada de 18.245.467,31 € e o total da despesa paga de 17.867.130,16 €.

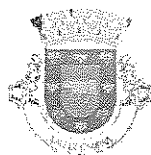
O global da despesa paga corresponde a um valor superior a 17 milhões de euros, o que se traduz num índice de realização do Orçamento de 69,58%, para 2013.

O peso do investimento no total executado foi de 47%, tendo superado os 8 milhões de euros.

No que se refere ao orçamento da receita este apresenta um reforço inerente à incorporação do saldo da gerência anterior, no valor de 1.132.903,50 €.

As receitas correntes apresentam um peso de 62,40%.

Por outro lado, o desvio verificado no total das receitas de capital devem-se, sobretudo, à diferença apurada na rubrica das vendas de bens de investimento previstas no orçamento inicial.



4.1.1 – Execução do Orçamento da Receita

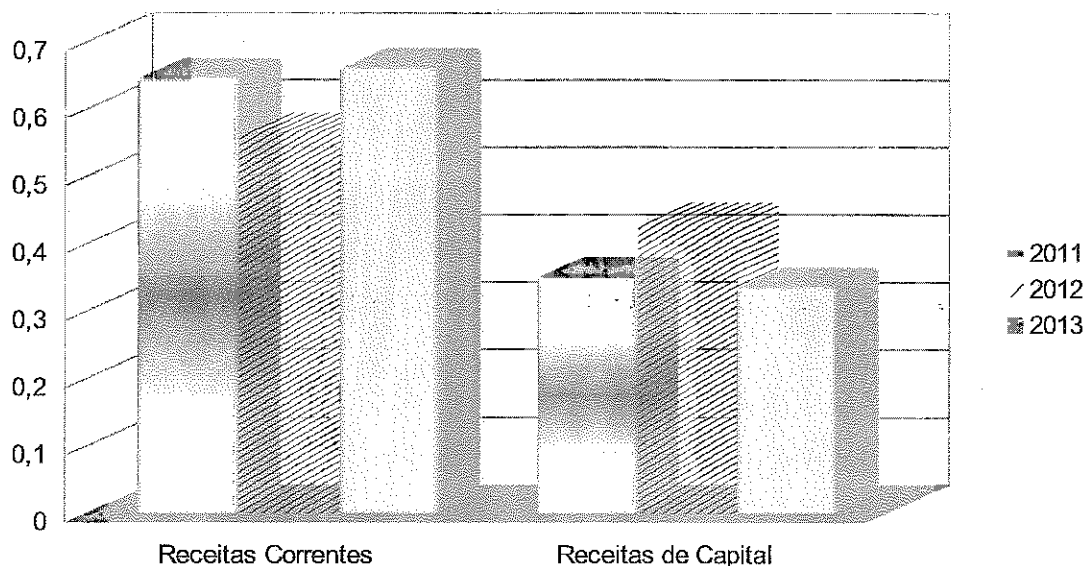
No quadro e gráfico que a seguir se apresentam observam-se os valores da receita executada ao longo dos três últimos exercícios.

QUADRO N.º 2 – EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DA RECEITA DE 2013

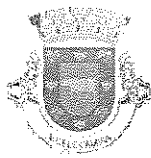
Un.: Euros (€)

DESIGNAÇÃO	2011		2012		2013	
	EXECUÇÃO	%	EXECUÇÃO	%	EXECUÇÃO	%
Receitas Correntes	11.288.668,17 €	64,73%	10.848.574,68 €	56,60%	12.092.908,83 €	66,28%
Receitas de Capital	6.151.885,11 €	35,27%	8.299.007,16 €	43,34%	6.152.558,46 €	33,72%
Total	17.440.553,28 €	100,00%	19.147.581,84 €	100,00%	18.245.467,31 €	100,00%

GRÁFICO N.º 1 – EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DA RECEITA DE 2013



A execução da receita para o ano de 2013 foi de 18.245.467,31 €, dos quais 12.092.908,83 € dizem respeito ao montante das receitas correntes e 6.152.558,48 €



respeitavam às receitas de capital executadas.

O montante da receita total cobrada registou uma taxa de execução de 75,46%, face ao valor estimado.

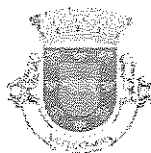
Observando-se a totalidade das receitas, verifica-se que as receitas correntes são superiores às receitas de capital, correspondendo a um peso de 66,28% e 33,72%, respetivamente.

QUADRO N.º 3 – EVOLUÇÃO DO ORÇAMENTO DA RECEITA DE 2013 POR CLASSIFICAÇÃO

Un.: Euros (€)

DESIGNAÇÃO	IMPORTÂNCIA ARRECADADA		
	2011	2012	2013
Impostos Diretos	2.907.062,19 €	3.176.805,29 €	3.217.404,06 €
Impostos Indiretos	525.339,13 €	215.424,31 €	179.688,82 €
Taxas, Multas e Outras Penalidades	443.894,79 €	318.183,66 €	286.299,75 €
Rendimentos de Propriedade	669.739,93 €	683.377,61 €	729.299,31 €
Transferências Correntes	5.062.296,29 €	4.780.699,99 €	5.788.344,35 €
Venda de Bens e Serviços Correntes	1.498.768,64 €	1.478.519,77 €	1.412.268,98 €
Outras Receitas Correntes	181.567,20 €	195.564,05 €	479.603,56 €
Venda de Bens de Investimento	182.733,52 €	306.843,60 €	48.558,00 €
Transferências de Capital	5.001.749,16 €	7.283.019,99 €	3.901.305,40 €
Passivos Financeiros	0,00 €	0,00 €	2.145.858,26 €
Outras Receitas de Capital	1.624,77 €	0,00 €	56.836,82 €
Reposições Não Abatidas nos Pagamentos	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Saldo da Gerência Anterior	965.777,66 €	709.143,57 €	1.132.903,50 €
Total	17.440.553,28 €	19.147.581,84 €	19.378.370,81 €

Da análise do quadro apresentado verifica-se que as receitas próprias do Município, resultantes dos impostos diretos, impostos indiretos, taxas, multas e outras penalidades, rendimentos de propriedade, venda de bens e prestações de serviços e outras receitas correntes, representam um montante muito significativo. Não obstante, as transferências,



correntes e de capital, mantêm-se como essenciais na receita do Município.

No conjunto das receitas próprias, os impostos diretos são a rubrica que mais expressividade apresentam, atingindo 3.217.404,06 €, na gerência de 2013, seguindo-se a venda de bens e prestações de serviços correntes, com 1.412.268,98 €.

Das transferências efetuadas ao longo dos três exercícios, apresentados no quadro acima, verifica-se a diminuição em 2013 das transferências de capital, resultado da aproximação do fecho de quadro comunitário.

4.1.2 – Execução do Orçamento da Despesa

A despesa paga encontra-se associada à capacidade de solvência do Município, traduzida nas disponibilidades de tesouraria até 31 de Dezembro de cada exercício económico.

Representa não só a despesa do ano, como a despesa transitada de anos anteriores, mas paga no ano económico em análise.

QUADRO N.º 4 – EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DA DESPESA DE 2013

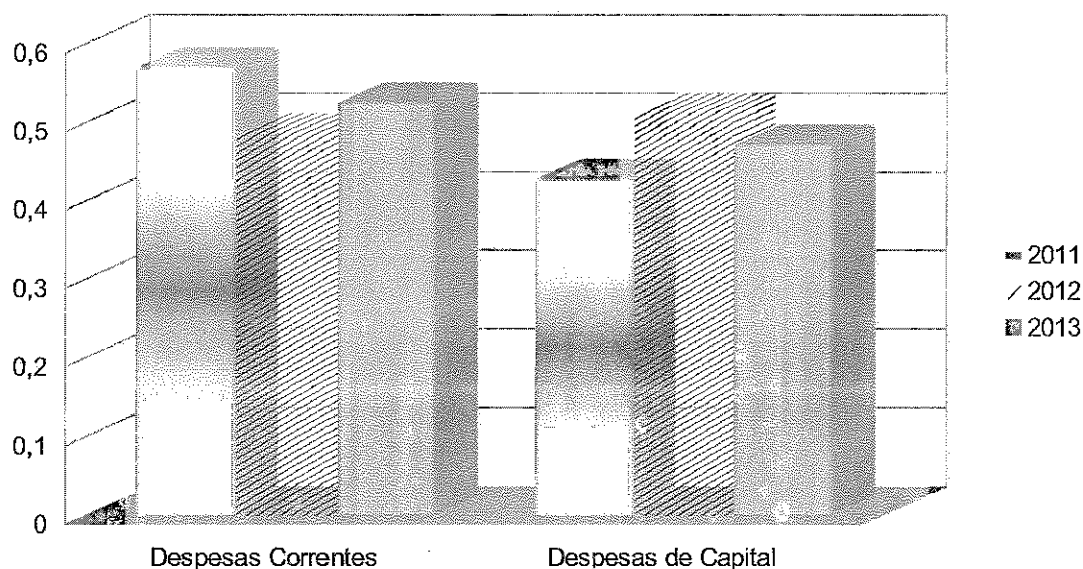
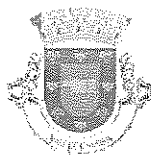
Un.: Euros (€)

DESIGNAÇÃO	2011		2012		2013	
	EXECUÇÃO	%	EXECUÇÃO	%	EXECUÇÃO	%
Despesas Correntes	9.554.169,50 €	57,10%	8.774.746,53 €	48,71%	9.414.109,26 €	52,69%
Despesas de Capital	7.177.240,21 €	42,90%	9.239.931,81 €	51,29%	8.453.020,90 €	47,31%
Total	16.731.409,71 €	100,00%	18.014.678,34 €	100,00%	17.867.130,16 €	100,00%

Analisando a evolução global da despesa paga, no período de 2011 a 2013, verifica-se uma subida seguida de uma descida, conforme se apresenta no quadro anterior.

Conclui-se assim, que a despesa paga em 2013 ascendeu a 17.867.130,16€, apresentando uma diminuição, relativamente a 2012, fruto do decréscimo ao nível das despesas de capital, que no triénio em questão atingiu o seu pico nesse ano de 2012, com um valor pago de 9.239.931,81€.

GRÁFICO N.º 2 – EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DA DESPESA DE 2013



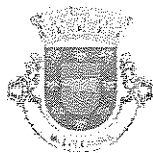
Do montante total de despesa executada, 9.414.109,26 € dizem respeito a despesas de natureza corrente e 8.453.020,90 € correspondem a despesas de capital, representando um peso de 52,69% e 47,31%, respetivamente.

QUADRO N.º 5 – EVOLUÇÃO DO ORÇAMENTO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO

Un.: Euros (€)

DESIGNAÇÃO	IMPORTÂNCIA PAGA		
	2011	2012	2013
Pessoal	3.414.724,27 €	3.714.183,76 €	3.989.962,70 €
Bens e Serviços	3.227.706,88 €	3.414.724,27 €	3.436.918,91 €
Transferências Correntes	1.187.929,97 €	758.092,94 €	717.154,84 €
Encargos Financeiros	341.011,77 €	270.375,77 €	665.078,20 €
Outras Despesas Correntes	673.150,35 €	617.369,79 €	604.994,61 €
Investimentos	5.077.869,65 €	7.177.429,22 €	6.280.155,66 €
Transferências de Capital	126.340,42 €	55.530,46 €	128.492,68 €
Ativos Financeiros	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Passivos Financeiros	1.973.030,14 €	2.006.972,13 €	2.044.372,56 €
Total	16.021.763,45 €	18.014.678,34 €	17.867.130,16 €

Da análise do quadro anterior podemos observar que as despesas de funcionamento,

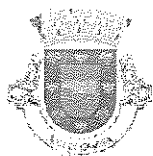


onde se incluem as despesas com o pessoal, aquisição de bens e serviços e outras despesas correntes, atingiram o valor total de 8.031.876,22 €, o que se traduz num peso de 44,95% face ao montante de despesa paga no ano de 2013.

No que se refere às despesas de capital, onde se introduzem os investimentos, as transferências de capital, os ativos e passivos financeiros, são as despesas com a aquisição de bens de capital que têm maior relevância para o Município, pagando-se 6.280.155,66 € do total da despesa orçada para o exercício em análise, conforme execução do Plano Plurianual de Investimentos (PPI).

O quadro que de seguida se apresenta facilita a análise estrutural das despesas de capital, realizadas de acordo com os objetivos e programas aprovados no PPI.

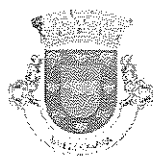
QUADRO N.º 6 – EXECUÇÃO DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS DO ANO DE 2013



Un.: Euros (€)

OBJETIVO	CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL	DOTAÇÃO FINAL	EXECUÇÃO	%
1.	Funções Gerais	876.133,00 €	495.456,19 €	7,89%
1.1.	Serviços Gerais de Administração Pública	876.133,00 €	495.456,19 €	7,89%
1.1.1.	Administração Geral	876.033,00 €	495.456,19 €	7,89%
1.2.	Segurança e Ordem Públicas	100,00 €	0,00 €	0,00%
1.2.1.	Proteção Civil e Luta Contra Incêndios	100,00 €	0,00 €	0,00%
2.	Funções Sociais	4.965.417,00 €	4.024.776,91 €	64,09%
2.1.	Educação	3.011.090,00 €	2.715.937,56 €	43,25%
2.1.1.	Ensino Não Superior	3.011.090,00 €	2.715.937,56 €	43,25%
2.3.	Segurança e Ação Social	5.172,00 €	4.764,50 €	0,08%
2.3.2.	Ação Social	5.172,00 €	4.764,50 €	0,08%
2.4.	Habituação e Serviços Coletivos	1.541.450,00 €	1.171.029,06 €	18,65%
2.4.2.	Ordenamento do Território	900.100,00 €	672.734,27 €	10,71%
2.4.3.	Saneamento	456.850,00 €	389.643,88 €	6,20%
2.4.4.	Abastecimento de Água	148.700,00 €	105.225,35 €	1,68%
2.4.6.	Proteção Meio Ambiente e Conservação Natureza	35.800,00 €	3.425,55 €	0,05%
2.5.	Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos	407.705,00 €	133.045,79 €	2,12%
2.5.1.	Cultura	128.165,00 €	15.595,08 €	0,25%
2.5.2.	Desporto, Recreio e Lazer	279.600,00 €	117.450,71 €	1,87%
3.	Funções Económicas	5.631.514,50 €	1.759.922,56 €	28,02%
3.2.	Indústria e Energia	459.500,00 €	250.461,75 €	3,99%
3.2.0.	Indústria e Energia	459.500,00 €	250.461,75 €	3,99%
3.3.	Transportes e Comunicações	5.034.453,50 €	1.491.901,85 €	23,76%
3.3.1.	Transportes Rodoviários	5.034.453,50 €	1.491.901,85 €	23,76%
3.4.	Comércio e Turismo	137.561,00 €	17.558,96 €	0,28%
3.4.1.	Mercados e Feiras	40.800,00 €	17.558,96 €	0,28%
3.4.2.	Turismo	96.761,00 €	0,00 €	0,00%
Total		11.473.064,50 €	6.280.155,66 €	100,00%

Constata-se, pela observação do quadro anterior, que as funções sociais são as que mais expressividade têm relativamente aos montantes executados pelo Município, com um peso de 64,09%.



4.1.3 – Serviço da Dívida

O quadro seguinte espelha a evolução do serviço da dívida nos últimos três anos, considerando juros e amortizações de empréstimos de médio e longo prazo contraídos pelo Município de Vale de Cambra.

QUADRO N.º 7 – EVOLUÇÃO DO SERVIÇO DA DÍVIDA

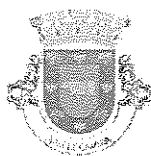
	Un.: Euros (€)		
	2011	2012	2013
Juros	273.532,73 €	207.770,10 €	125.391,16 €
Amortizações	1.973.030,14 €	2.006.972,13 €	2.044.372,56 €
Total	2.246.562,87 €	2.214.742,23 €	2.169.763,72 €
Dívida ML prazo	14.114.917,98 €	12.107.945,85 €	12.209.431,55 €

4.1.4 – Estrutura Orçamental – Rácios

A execução orçamental e do plano refletem a estratégia da gestão municipal, passível de ser descrita através de um conjunto de indicadores, que se apresentam de seguida.

QUADRO N.º 8 – RÁCIOS ORÇAMENTAIS

	2013
Rácios da Receita	
Impostos Diretos / Receitas Correntes	26,61%
Transferências Correntes / Receitas Correntes	47,87%
Venda de Bens e Serviços / Receitas Correntes	11,68%
Receitas Correntes / Receitas Totais	62,40%
Receitas de Capital / Receitas Totais	31,75%
Rácios da Despesa	
Pessoal / Despesas Correntes	42,38%
Aquisição de Bens e Serviços / Despesas Correntes	36,51%
Investimentos / Despesas de Capital	43,99%
Passivos Financeiros / Despesas de Capital	24,19%
Despesas Correntes / Despesas Totais	52,69%
Despesas de Capital / Despesas Totais	47,31%
Rácios Financeiros	
Pessoal / Receitas Correntes	32,99%
Amortizações + Juros MLP / Receitas Totais	11,20%
Receitas Correntes / Despesas Correntes	128,46%
Receitas de Capital / Despesas de Capital	72,79%



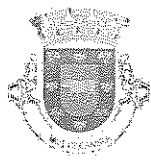
Da análise realizada sobre os rácios orçamentais, constata-se o cumprimento do Princípio do Equilíbrio Orçamental, consagrado no Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro (POCAL) e alterações. Em termos de execução do orçamento de 2013, as receitas correntes apresentaram um montante superior às despesas correntes.

4.1.5 - Resumo dos Fluxos de Caixa

QUADRO N.º 9 – COMPARAÇÃO ENTRE RECEITA E DESPESA

Recebimentos	
Saldo da Gerência Anterior	1.902.623,30 €
Execução Orçamental	1.132.903,50 €
Operações de Tesouraria	- 769.719,80 €
Receitas Orçamentais	18.245.467,31 €
Correntes	12.092.908,83 €
Capital	6.152.558,48 €
Outras	0,00 €
Operações de Tesouraria	1.235.425,50 €
Total	21.383.516,11 €
Pagamentos	
Despesas Orçamentais	17.867.130,16 €
Correntes	9.414.109,26 €
Capital	8.453.020,90 €
Operações de Tesouraria	1.176.978,32 €
Saldo para a Gerência Seguinte	2.339.407,63 €
Execução Orçamental	1.511.240,65 €
Operações de Tesouraria	828.166,98 €

O montante obtido pela poupança orçamental alcançada no exercício de 2013, no valor de 2.678.799,57 € (diferença entre as receitas orçamentais correntes e as despesas orçamentais correntes), foi utilizado para custear o investimento (despesas de capital). Poder-se-à repercutir o valor de 1.511.240,65 € no orçamento do exercício contabilístico de 2014, através da realização de uma revisão a este orçamento, de acordo com a legislação em vigor.



5. Endividamento

É possível proceder a uma análise aos elementos respeitantes aos empréstimos de médio e longo prazo através da utilização do documento n.º 26 da prestação de contas de 2013, sendo que podem também ser analisados os dados presentes no ponto 4.1.3 – Serviço da Dívida do presente relatório.

De acordo com o art.º 37.º da Lei 2/2007 de 15 de Janeiro – Lei das Finanças Locais, o montante do endividamento líquido total de cada município, em 31 de Dezembro de cada ano, não pode exceder 125% do montante das receitas provenientes dos impostos municipais, das participações do município no FEF, da participação no IRS, da derrama e da participação nos resultados das entidades do sector empresarial local, relativas ao ano anterior.

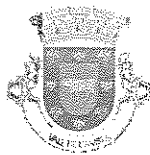
Também o art.º 39.º daquele diploma se reveste de particular interesse. Assim:

1 - O montante dos contratos de empréstimos a curto prazo e de aberturas de crédito não pode exceder, em qualquer momento do ano, 10% da soma do montante das receitas provenientes dos impostos municipais, das participações do município no FEF e da participação no IRS referida na alínea c) do n.º 1 do artigo 19.º, da derrama e da participação nos resultados das entidades do sector empresarial local, relativas ao ano anterior.

2 - O montante da dívida de cada município referente a empréstimos a médio e longo prazos não pode exceder, em 31 de Dezembro de cada ano, a soma do montante das receitas provenientes dos impostos municipais, das participações do município no FEF, da participação no IRS referida na alínea c) do n.º 1 do artigo 19.º, da participação nos resultados das entidades do sector empresarial local e da derrama, relativas ao ano anterior.

3 - Quando um município não cumpra o disposto no número anterior, deve reduzir, em cada ano subsequente, pelo menos 10% do montante que excede o seu limite de empréstimos, até que aquele limite seja cumprido.

4 - Para efeitos do cálculo dos limites dos empréstimos de médio e longo prazos,



consideram-se os empréstimos obrigacionistas, bem como os empréstimos de curto prazo e de aberturas de crédito no montante não amortizado até 31 de Dezembro do ano em causa.

5 - Podem excepcionar-se do limite previsto no n.º 2 os empréstimos e as amortizações destinados ao financiamento de programas de reabilitação urbana, os quais devem ser autorizados por despacho do Ministro das Finanças.

6 - Podem excepcionar-se do disposto no n.º 2 os empréstimos e as amortizações destinados exclusivamente ao financiamento de projetos com participação de fundos comunitários, desde que o montante máximo do crédito não exceda 75 % do montante da participação pública nacional necessária para a execução dos projetos cofinanciados pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) ou pelo Fundo de Coesão, os quais devem ser autorizados por despacho do Ministro das Finanças, devendo ser tido em consideração o nível existente de endividamento global das autarquias locais.

7 - São igualmente excecionados do limite previsto no n.º 2 os empréstimos e as amortizações destinados ao financiamento de investimentos na recuperação de infraestruturas municipais afetadas por situações de calamidade pública.

De acordo com este resumo da conjuntura legal, deve-se ter presente que o Município de Vale de Cambra cumpriu a Lei das Finanças Locais ao reduzir em mais de 10% o excedente do endividamento, percentagem mínima para que o Município não seja penalizado. Aliás, verifica-se uma margem como é possível de aferir via análise ao quadro que a seguir se apresenta:

**QUADRO N.º 10 – SITUAÇÃO FACE AOS LIMITES**

2012 – Situação face aos limites		
Excesso		(N) = Excesso, se (A) > (K); (N) = Margem, se (A) < (K)
ENDIVIDAMENTO DE CURTO PRAZO		
Margem	903.539,02	(O) = Excesso, se (I) > (L); (O) = Margem, se (I) < (L)
Excesso	1.033.339,16	
ENDIVIDAMENTO DE MÉDIO E LONGO PRAZO		(P) = Excesso, se (J) > (M); (P) = Margem, se (J) < (M)
Margem		
Excesso	2.384.953,96	
ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO		
Margem		

2013 – Situação face aos limites		
Excesso		(N) = Excesso, se (A) > (K); (N) = Margem, se (A) < (K)
ENDIVIDAMENTO DE CURTO PRAZO		
Margem	930.231,83	(O) = Excesso, se (I) > (L); (O) = Margem, se (I) < (L)
Excesso	1.053.847,56	
ENDIVIDAMENTO DE MÉDIO E LONGO PRAZO		(P) = Excesso, se (J) > (M); (P) = Margem, se (J) < (M)
Margem		
Excesso	0,00	
ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO		
Margem	103.327,61	

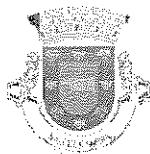
Importa ainda, e tendo em consideração o previsto no n.º 2 do artigo 12.º da Lei 43/2012, de 28 de agosto, ter presente a execução do Programa de Apoio à Economia Local (PAEL). Nesse sentido, a mesma é apresentada em anexo.

6. Análise Económico-Financeira

6.1 - Balanço

O Balanço e o Sistema Contabilístico vão ao encontro do previsto no POCAL, refletindo a situação patrimonial municipal em 31 de Dezembro de 2013.

O quadro seguinte representa a estrutura e a evolução patrimonial do Município em 2013, bem como a comparação com o ano de 2012.

**QUADRO N.º 11 – ESTRUTURA E EVOLUÇÃO PATRIMONIAL DO MUNICÍPIO**

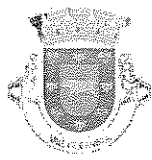
Un.: Euros (€)

DESCRIÇÃO	2012		2013		VARIÇÃO	
	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%
Total Ativo	83.850.148,54		86.124.678,08		2.274.529,54	2,71%
Imobilizado	80.700.244,49	96,24%	82.218.791,64	95,46%	1.518.547,15	1,88%
Circulante						
Existências	237.882,80	0,28%	255.187,99	0,30%	17.305,19	7,27%
Dívidas de Terceiros Curto Prazo	1.009.397,95	1,20%	1.198.492,26	1,39%	189.094,31	18,73%
Disponibilidades	1.902.623,30	2,27%	2.339.407,63	2,72%	436.784,33	22,96%
Acréscimos e Diferimentos	0,00	0,00%	112.798,56	0,13%	112.798,56	-%
Fundos Próprios	51.968.353,45		49.549.319,24		-2.419.034,21	-4,65%
Património	22.151.341,85	42,62%	22.151.341,85	44,71%	0,00	0,00%
Reservas Legais	1.413.045,21	2,72%	1.419.387,46	2,86%	6.342,25	0,45%
Subsídios	0,00	0,00%	317.785,24	0,64%	317.785,24	-%
Doações	191.935,69	0,37%	204.585,69	0,41%	12.650,00	6,59%
Resultados Transitados	28.085.185,79	54,04%	24.041.001,46	48,52%	-4.044.184,33	-14,40%
Resultado Líquido do Exercício	126.844,91	0,24%	1.415.217,54	2,86%	1.288.372,63	1015,71%
Passivo	31.881.795,09		36.575.358,84		4.693.563,75	14,72%
Provisões para Riscos e Encargos	130.796,63	0,00%	386.339,92	1,06%	255.543,29	195,37%
Empréstimos de Médio e Longo Prazo	12.107.945,85	37,98%	12.209.431,55	33,38%	101.485,70	0,84%
Dívidas a Terceiros Curto Prazo	5.893.218,17	18,48%	4.428.615,08	12,11%	-1.464.603,09	-24,85%
Acréscimos e Diferimentos	13.749.834,44	43,13%	19.550.972,29	53,45%	5.801.137,85	42,19%
Total Fundos Próprios e Passivo	83.850.148,54		86.124.678,08		2.274.529,54	2,71%

O ativo líquido registou no final de 2013 um aumento de 2,71%.

Apesar da atual conjuntura económica desfavorável, é de referir que o Município de Vale de Cambra deu continuidade ao esforço de investimento, com maior visibilidade na rubrica do imobilizado.

O ativo circulante, constituído pelas existências, dívidas de terceiros de curto prazo e disponibilidades, regista em 2013 um aumento global, devido ao aumento das suas componentes individualmente consideradas.



A observância dos princípios contabilísticos definidos no POCAL na elaboração das demonstrações financeiras, no caso concreto o princípio da especialização dos exercícios, conduz à assunção dos custos e dos proveitos quando incorridos ou obtidos, independentemente do momento em que ocorra o seu pagamento ou recebimento. Tais circunstâncias são vertidas no agrupamento dos Acréscimos e Diferimentos e justificam a evolução desta conta no ativo.

O Passivo totalizou a importância de 36.575.358,84€, registando um aumento relativamente ao ano anterior, no valor de 4.693.563,75€.

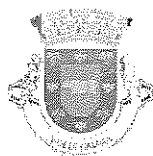
Este aumento reflete essencialmente o comportamento das contas do passivo de acréscimos e diferimentos.

Assim, a rubrica que em 2013 tem maior peso e apresentou um aumento foram os acréscimos e diferimentos que totalizam o montante de 19.550.972,29€. Estes acréscimos e diferimentos de natureza passiva estão igualmente sujeitos ao princípio da especialização dos exercícios. Têm lugar sempre que no exercício económico se relevam custos ou se processam receitas, em que as despesas e os proveitos, respetivamente, respeitem a períodos subsequentes. Tais contabilizações em 2013 foram repartidas por Acréscimos de Custos, no valor de 582.873,70€ e por Proveitos Diferidos, no valor de 18.968.098,59€.

Relativamente aos fundos próprios estes totalizaram no final de 2013 o valor de 49.549.319,24€, valor inferior em 4,65% face ao verificado no exercício anterior, o que se deveu essencialmente a correções na conta 27.4.5 – Subsídios para Investimento, por contrapartida da conta de Resultados Transitados.

6.2 – Demonstração de Resultados

A Demonstração de Resultados adequa-se ao previsto no POCAL, apresentando os resultados das operações económicas da atividade do Município ao longo do exercício



económico de 2013. Os custos e as perdas e os proveitos e os ganhos são classificados de acordo com a respetiva natureza, originando resultados operacionais, financeiros, extraordinários e líquidos.

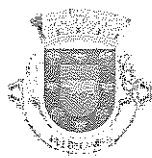
A Demonstração de Resultados é elaborada tendo em conta o Princípio Contabilístico da Especialização do Exercício, em que os custos são reconhecidos no exercício económico em que são reconhecidos os proveitos.

Como se pode verificar pela estrutura e evolução dos resultados do Município que se apresenta no quadro a seguir, o Resultado Líquido do Exercício apresenta, em 2013, um aumento de 1.015,71%, face ao ano transato, com um montante de 1.415.217,54€.

Para este resultado contribuiu o comportamento dos proveitos, os quais registaram um aumento de 11,40% sendo que os custos aumentaram 1,53%.

QUADRO N.º 12- ESTRUTURA E EVOLUÇÃO DOS RESULTADOS DO MUNICÍPIO

DESCRIÇÃO	2012		2013		VARIACÃO	
	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%
Custos e Perdas	12.911.170,62		13.109.132,72		197.962,10	1,53%
Total dos Custos Operacionais (A)	10.882.895,09	84,29%	12.371.981,00	94,38%	1.489.085,91	13,68%
Total dos Custos Financeiros (C)	375.374,43	2,91%	530.877,24	4,05%	155.502,81	41,43%
Total dos Custos Extraordinários	1.652.901,10	12,80%	206.274,48	1,57%	-1.446.626,62	-87,52%
Resultado Líquido do Exercício	126.844,91		1.415.217,54		1.288.372,63	1015,71%
Proveitos e Ganhos	13.038.015,53		14.524.350,26		1.486.334,73	11,40%
Total dos Proveitos Operacionais (B)	11.658.813,23	89,42%	13.131.442,92	90,41%	1.472.629,69	12,63%
Total dos Proveitos Financeiros (D)	67.880,22	0,52%	107.938,40	0,74%	40.058,18	59,01%
Total dos Proveitos Extraordinários	1.311.322,08	10,06%	1.284.968,94	8,85%	-26.353,14	-2,01%
Resultados Operacionais (B-A)	775.918,14		759.461,92		-16.456,22	-2,12%
Resultados Financeiros (D-C)	-307.494,21		-422.938,84		-115.444,63	37,54%
Resultados Correntes (B+D)-(A+C)	468.423,93		336.523,08		-131.900,85	-28,16%



Como resultado da atividade municipal desenvolvida ao longo do ano de 2013, verifica-se um resultado líquido positivo, originário de um total de proveitos de 14.524.350,26€ e de custos incorridos de 13.109.132,72€.

Como se pode verificar, as atividades operacionais e correntes contribuem na formação desse ganho, com um resultado de 759.461,92€ e 336.523,08€, respetivamente.

Verifica-se pois, que tanto do lado dos custos como do lado dos proveitos, são os operacionais os que mais influenciam, com um peso percentual de 94,38% e 90,41%, respetivamente.

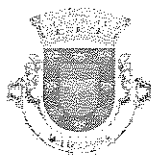
Em 2013, os resultados financeiros fixaram-se em (-) 422.938,84€, cujo valor conjugado com o resultado operacional justifica um resultado corrente de 336.523,08€.

Os custos extraordinários do exercício refletem uma diminuição de 87,52%.

7. Proposta de Aplicação do Resultado Líquido do Exercício

Com base nas imposições do ponto 2.7.3 do POCAL, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro e alterações, o valor do Resultado Líquido do Exercício é transferido para o exercício seguinte, para a conta Resultados Transitados (conta 59). E se o saldo da conta 59 for positivo, o seu valor pode ser repartido para reforço do património e para constituição ou reforço de reservas.

O disposto nos pontos 2.7.3.4 e 2.7.3.5 obriga a que se reforce o património, até que o valor contabilístico da conta 51 corresponda a 20% do ativo líquido, e a que se reforce a conta 571 - Reservas Legais, no valor mínimo de 5% do Resultado Líquido do Exercício.



Por conseguinte, e como o Resultado Líquido do Exercício de 2013 é positivo no valor de 1.415.217,54€, propõe-se que o mesmo tenha a seguinte distribuição:

Reservas Legais – 70.760,88€

Resultados Transitados – 1.344.456,65€

8 . Informações

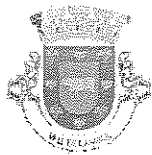
8.1 Redução dos pagamentos em atraso – Leis do Orçamento do estado para 2012 e 2013 - Ofício da DGAL

De acordo com ofício da DGAL de 13 de fevereiro, “na sequência do apuramento dos pagamentos em atraso relativos aos anos de 2012 e 2013, nos termos do definido no n.º3 do artigo 65.º da Lei n.º 64-B/2012, de 30 de dezembro (Orçamento de Estado para 2012 – OE/2012) e no n.º 1 do artigo 96.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro (Orçamento de Estado para 2013 – OE/2013), verificou-se o incumprimento das reduções legalmente estipuladas.

8.2 – Contrato de empréstimo no âmbito do Programa de Regularização Extraordinária de Dívidas do Estado (PREDE)

De acordo com comunicação via mail da Divisão de Garantias e Empréstimos da Direção Geral de Tesouro e Finanças relativamente ao contrato de empréstimo no âmbito do Programa de Regularização Extraordinária de Dívidas do Estado (PREDE), importa informar que “Tendo por base a informação disponibilizada pela Direção Geral das Autarquias Locais (DGAL) com referência a 2 de outubro último, observou-se um PMP para o ano de 2012 de 156 dias face aos 136 dias alcançados em 2011.

Assim, na observância do n.º 1 na cláusula Sexta do referido contrato de empréstimo, apurou-se um grau de “Incumprimento” para efeitos de cálculo do *spread* final, resultando



num acréscimo de 0,20% à referida taxa final (cfr. n.º 3 da Cláusula Sexta). Cumulativamente serão acrescidos 0,10% ao referido *spread*, atendendo ao facto do PMP de 2012 ter aumentado face ao do ano anterior (cfr. n.º 4 da Cláusula Sexta).

9 . Anexos às Demonstrações Financeiras

Introdução

Determina o POCAL - Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro e alterações, e Resolução n.º 04/2001 - 2.ª Secção, do Tribunal de Contas, como peça integrante dos documentos de prestação de contas os Anexos às Demonstrações Financeiras.

Assim, as notas que se seguem têm como referência a numeração definida no ponto 8 do POCAL, para apresentação das contas, e visam facultar a informação necessária ao conhecimento da atividade municipal no exercício das suas competências, permitindo uma adequada compreensão das situações expressas nas demonstrações financeiras ou de outras situações conhecidas na data que, não tendo reflexo nessas demonstrações, são úteis para uma melhor avaliação do seu conteúdo, conforme definido no ponto 2.4 do POCAL.

As notas que se encontrem omissas não são aplicáveis, ou o conteúdo da sua apresentação não é considerada como informação relevante para a análise das demonstrações financeiras.

Os mapas financeiros foram elaboradas de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e previstos no ponto 3.2 do POCAL.



9.1 – Caracterização da Entidade

9.1.1 - Identificação

Designação - Município de Vale de Cambra

NIF – 506735524

Endereço – Apartado 88, 3730-901 Vale de Cambra

CAE – 84113

Regime Financeiro – Autonomia administrativa e financeira

Trabalhadores – 1 de Janeiro de 2013 – 226 trabalhadores: 191 CTTI + 24 CTTRC + 7

CM + 3 Outras Situações + 1 Avençado

31 de Dezembro de 2013 – 217 trabalhadores: 189 CTTI + 14 CTTRC + 10

CM + 4 Outras Situações

O Município de Vale de Cambra ocupa uma área de 148,5 km², onde residem 22.864 habitantes, de acordo com os censos de 2011. Este é constituído por 7 freguesias: Arões, Cepelos, Junqueira, Mácieira de Cambra, Rôge, São Pedro de Castelões, União de Freguesias de Vila Chã, Codal e Vila Cova de Perrinho, com um total de 22.357 eleitores inscritos, conforme resultados das últimas eleições para as autarquias locais em 2013.

9.1.2 - Legislação

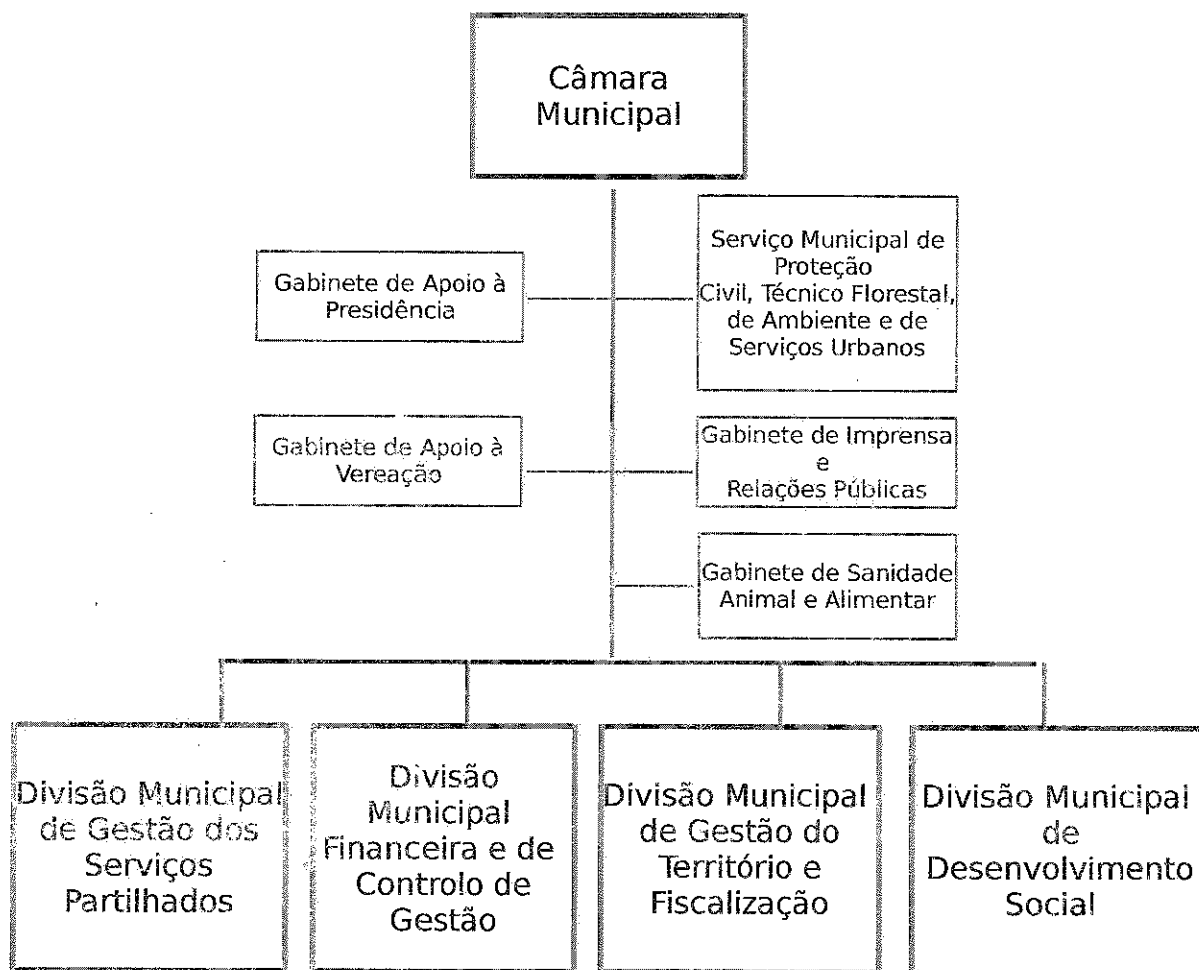
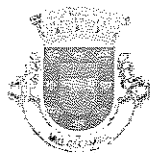
As demonstrações financeiras apresentadas foram elaboradas de acordo com os critérios e princípios contabilísticos geralmente aceites e preconizados no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 162/99, de 14 de Setembro, pelo Decreto-Lei n.º 315/2000, de 2 de Dezembro, pelo Decreto-Lei n.º 84-A/2002, de 5 de Abril e pela Lei n.º 60-A/2005, de 30 de Dezembro.

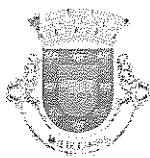


9.1.3 – Estrutura Organizacional Efetiva

	Data de Aprovação	Data de Publicação	Diário da República
Organização dos Serviços Municipais	27 de Novembro de 2012	18 de Dezembro de 2013	II Série, nº 13

Para efeitos do número 3 do artigo 5º da Lei nº 12-A/2008 de 27 de Fevereiro por deliberação de 11 de Dezembro de 2012 da Câmara Municipal e por deliberação de 27 de Dezembro de 2012 da Assembleia Municipal, foi elaborado o Mapa de Pessoal do Município de Vale de Cambra para o ano de 2013 em conformidade com o nº 1 do artigo 5º da Lei acima indicada, tendo em conta o Regulamento da Estrutura da Câmara Municipal de Vale de Cambra, publicado no Diário da República, II Série, nº 13 de 18 de Janeiro de 2013.





9.1.4 - Descrição Sumária das Atividades

A atividade desenvolvida pelo Município de Vale de Cambra está de acordo com as atribuições e competências que lhe estão legalmente conferidas pela Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro e pela Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as respetivas alterações.

9.1.5 - Recursos Humanos

O Órgão Executivo Municipal tem atualmente a seguinte constituição:

- Presidente da Câmara Municipal:

José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva

- Vereadores da Câmara Municipal:

António Alberto Almeida de Matos Gomes, Dr.

Maria Catarina Lopes Paiva, Eng.^a

Daniela Sofia Paiva da Silva, Dr.^a

José António Bastos da Silva, Eng.^o

Elisabete Soares Moreira da Rocha, Dr.^a

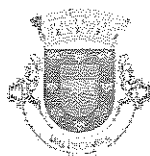
Nelson da Silva Martins, Dr.

9.1.6 - Organização Contabilística

Ao longo do ano de 2013 todos os registos e operações contabilísticas foram concretizados num sistema de contabilidade único, integrado e organizado de forma centralizada, procurando o rigoroso cumprimento com as determinações do POCAL.

A aplicação de contabilidade utilizada atualmente pelo Município foi desenvolvida pela empresa *Medidata.Net – Sistemas de Informação para Autarquias, S.A.*

Uma vez que quase todas as áreas onde se verifica a necessidade de utilização de uma aplicação informática específica utilizam software fornecido pela *Medidata*, tal revela-se vantajoso na utilização da base de dados que é comum, mas, por outro lado, cria alguns constrangimentos quando existem erros provenientes de áreas diferentes da contabilidade.



Manteve-se o sistema de controlo de stocks utilizado em 2012. Foram também mantidos os processos inerentes à certificação de Qualidade segundo a norma NP EN ISO 9001:2008 na Divisão Financeira.

Não existiu descentralização contabilística propriamente dita, continuando a existir apenas a passagem de guias de receita em postos variados.

9.1.7 – Outras Informações Relevantes

Informação no âmbito das alíneas a), b), c) e d) das notas técnicas ao documento n.º 12, constante da Resolução n.º 4/2001

a) Participação do município nos impostos do Estado – 2013

FEF Corrente - €4.490.218,00

FSM - €395.177,00

Participação IRS - €512.740,00

FEF Capital - €1.222.555,00

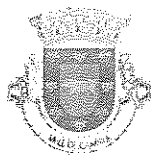
b) Pagamentos relativos a investimentos realizados pelo município em 2012 - €7.177.429,22 (conforme execução PPI em 2012)

c) Ações inspetivas realizadas pelo IGAT e/ou IGF desde 2005:

Inspeção Ordinária Sectorial (Urbanismo e Aquisição de Bens e Serviços) com período de incidência: 2002-01-02 a 2006-03-24 (ação inspetiva iniciada em 2006-03-27 e concluída em 2006-06-21)

d) No Município de Vale de Cambra não existem empresas públicas municipais em funcionamento. A Associação de Municípios Terras de Santa Maria na qual este município é associado não tem empréstimos em vigor.

9.2 – Notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados



9.2.1 - O POCAL obriga à existência simultânea e coordenada de três sistemas contabilísticos: Orçamental, Patrimonial e de Custos. Relativamente à Contabilidade de Custos esta encontra-se numa fase inicial de implementação, prejudicada pela falta de recursos humanos.

A ausência da contabilidade de custos não teve qualquer efeito prático no Balanço e na Demonstração de Resultados ou em qualquer outro mapa de prestação de contas, pelo que a informação neles expressa, reflete a imagem verdadeira e apropriada do Ativo, do Passivo, dos Fundos Próprios e dos Resultados do Município de Vale de Cambra.

As notas que se seguem encontram-se organizadas de acordo com a numeração definida pelo POCAL, no seu ponto 8.

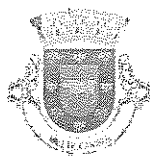
As notas que não sejam aplicáveis ao Município de Vale de Cambra serão omissas.

9.2.2 – Comparabilidade

No ano de 2013 efetuaram-se diversos ajustamentos no sentido de efetuar correções que se referiam a exercícios económicos anteriores, nomeadamente nas rubricas de acréscimos e diferimentos e contas da classe 5, o que afeta a comparabilidade nestas rubricas. Não obstante, o princípio da comparabilidade é aplicável às restantes contas do Balanço e da Demonstração de Resultados.

9.2.3 – Critérios Valorimétricos

Os critérios valorimétricos utilizados foram os consagrados no capítulo 4 do Decreto-Lei n.º54-A/99 de 22 de Fevereiro de 1999 (POCAL) e alterações e as taxas de amortização praticadas foram as permitidas pela Portaria n.º 671/2000 (2ª série), que aprova o CIBE – Cadastro e Inventário dos Bens do Estado. As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes.



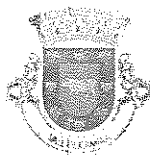
Desta forma, para:

- **9.2.3.1 - Imobilizado** - O imobilizado encontra-se valorizado ao custo de aquisição, sendo que para os ativos desta natureza obtidos a título gratuito foi considerado o valor resultante de avaliação ou o valor patrimonial definido nos termos legais ou, no caso de não existir disposição aplicável, o valor resultante da avaliação seguindo critérios técnicos que se adequem à natureza dos bens. Na impossibilidade de valorização dos bens, os mesmos assumem o valor zero.
- **9.2.3.2 - Investimentos Financeiros** constituídos por partes de capital, foram valorizados ao preço de aquisição.
- **9.2.3.3 - Existências** foram valorizadas através do custo de aquisição, de acordo com os registos contabilísticos e respetiva documentação que os suporta. O custo médio ponderado é o método de custeio utilizado para as saídas de armazém
- **9.2.3.4 - Dívidas de e a terceiros** foram expressas pelos valores constantes dos documentos que as titulam, não existindo dívidas em moeda estrangeira.
- **9.2.3.5 - Disponibilidades de caixa e em depósitos bancários** expressam os montantes dos meios de pagamento e dos saldos de todas as contas de depósitos, não existindo disponibilidades em moeda estrangeira.

9.2.7 – Movimentos do Ativo Imobilizado

Os movimentos nas rubricas do ativo imobilizado constantes do balanço e ocorridos durante o exercício de 2013, operacionalizaram-se no estrito cumprimento das regras aplicáveis, nomeadamente as dispostas no POCAL.

A desagregação do Ativo Imobilizado pelas diversas rubricas encontra-se no Mapa Ativo Bruto (em anexo).



Na coluna Aumentos traduzem-se as aquisições de imobilizado realizadas em 2013.

As variações mais relevantes verificadas no Imobilizado refletem-se na movimentação das seguintes contas:

44.5 e 44.2 – Imobilizado em curso

45.3 – Outras Construções e Infraestruturas

42.2 – Edifícios e Outras Construções

Obras em curso no Município de Vale de Cambra e que foram concluídas em 2013:

- Parque Urbano – Valorização Ambiental da Envoltente do Rio Vígues – 2ª Fase (2.988.519,39€);

- Vias Variantes de Vila Chã (3.799.135,73€);

- Remodelação Edifício dos Paços do Concelho (973.348,93€);

- Construção de Muros de Suporte no Lugar de Casal Cepelos (68.739,09€);

- Remodelação do Mercado Municipal (101.994,56€);

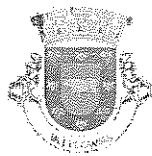
- Recuperação do Centro Urbano – Avenida Camilo Tavares de Matos (186.447,21€).

Obras em curso no Município de Vale de Cambra a 31 de dezembro de 2013:

- Centro Escolar de Macieira de Cambra – EB2 Búzio (2.625.584,50€);

- Beneficiação da Avenida Vale do Caima, Rotunda do Mercado até à Rotunda Entre Pontes (220.981,22€);

- Ligação EN 328 à Sra da Saúde (projetos no valor de 19.482,10€).



O aumento verificado na conta 42.2.1 – Edifícios (1.349.929,31€) deve-se principalmente às empreitadas de Remodelação do Edifício dos Paços do Concelho (973.348,93€) e construção dos Edifícios de Apoio ao Parque Urbano (369.252,61€), cujo valor foi retirado da construção do Parque Urbano (autos de medição da obra).

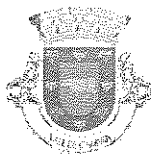
O abate verificado na conta 41.1.3 – Partes de Capital em Empresas Privadas ou Cooperativas (232.770,00€), deve-se ao facto de no exercício de 2013 se ter procedido ao desdobramento da conta 41- Investimentos Financeiros por entidade e à desvalorização da participação do município na empresa VCP – Parque de Estacionamento de Vale de Cambra.

9.2.8 – Movimentos Desagregados do Ativo Imobilizado

A desagregação do Ativo Imobilizado pelas rubricas de edifícios e Outras Construções e Viaturas encontram-se no Mapa Ativo Bruto e Amortizações e Provisões e contém a sua descrição, data de aquisição e de reavaliação, valor de aquisição ou outro valor contabilístico, taxas de amortização, amortizações do exercício e acumuladas, alienações, transferências e abates no exercício e os respetivos valores do Ativo Imobilizado. Cada uma das rubricas daqueles mapas encontra-se desagregada de modo a evidenciar a informação legalmente exigível (em anexo).

9.2.13 – Bens utilizados em regime de Locação Financeira

- Bem n.º 19809 – Mini-autocarro de transportes escolares (44-HD-41), com valor de aquisição de 29.220,00€ e saldo credor em 31 de Dezembro de 2013 de 0,00€.
- Bem n.º 21608 – Automóvel Ligeiro de Passageiros (27-JT-36), com valor de aquisição de 41.700,00€ e saldo credor em 31 de Dezembro de 2013 de 15.698,60€.
- Bem n.º 22140 – Automóvel Pesado de Mercadorias (46-MH-80), com valor de aquisição de 47.232,00€ e saldo credor em 31 de Dezembro de 2013 de 28.641,26€.



9.2.14 – Relação dos bens do Imobilizado que não foi possível valorizar, com indicação das razões dessa impossibilidade

No exercício de 2013 foram inventariados 443 bens, dos quais 413 são bens móveis e 30 são bens imóveis.

Todos os bens patrimoniais foram objeto de valoração.

9.2.15 – Identificação dos bens de domínio público que não são objeto de amortização e indicação das respetivas razões

De acordo com as disposições legais constantes do CIBE, não são susceptíveis de amortização os terrenos e as obras de arte e concretamente no exercício de 2013, os bens nº 22863, 22864, 22865 e 22866 (Esculturas incluídas no Parque Urbano), não foram objeto de amortização.

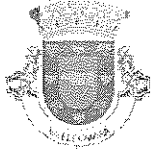
9.2.16 - Mapa das entidades participadas

O Município de Vale de Cambra possui participações nas seguintes entidades Societárias:

valorização ao custo histórico

Denominação	Capital	Participação	%
ERSUC – Resíduos Sólidos do Centro, S.A.	8.500.000,00 €	96.275,00 €	1,13%
Lusitaniagás – Companhia de Gás do Centro, S.A.	20.500.000,00 €	3.895,00 €	0,02%
Municípia – Empresa de Cartografia e Sist. Informação	3.236.678,67 €	24.950,00 €	0,77%
Primus – Promoção, Desenvolv. Regional, EMT, S.A.	813.859,02 €	499,00 €	0,06%

valorização pelo método de equivalência patrimonial

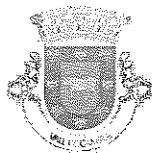


Denominação	C. Social	RL 2013	Cap. Próprios	% partic.
VCP – Parque Estacion. Vale de Cambra	205.000,00 €	(419.016,92)	(685.948,81)	49,00%

Ainda relativamente à VCP – Parque de Estacionamento de Vale de Cambra, mais se informa que a Câmara Municipal, em sua reunião de 09-07-2013, deliberou aprovar as atas das reuniões realizadas em 29-5-2013 e 3-6-2013, entre o Sr. Presidente da Câmara Municipal, em representação do Município de Vale de Cambra e a VCP – Parque de Estacionamento de Vale de Cambra, S.A, representada pelo seu Administrador Dr. Fernando Vilas Boas. Das quais resultaram os projetos de acordos de Extinção de Parceria e de revogação do Contrato de Concessão. Tendo na mesma reunião deliberado aprovar nos seus exatos termos e condições, os projetos de Acordos de Extinção de Parceria e de Revogação do Contrato da Concessão, Execução e Exploração do Parque de Estacionamento Subterrâneo e de Superfície de Vale de Cambra. Deliberações a submeter à Assembleia Municipal para aprovação.

Este assunto foi presente à sessão da Assembleia Municipal de 28-6-2013, tendo o mesmo sido retirado. Tendo sido presente, novamente, na sessão extraordinária de 26-07-2013, foi deliberado pela Assembleia Municipal autorizar a extinção da parceria e a revogação do Contrato de Concessão, execução e Exploração do Parque de estacionamento Subterrâneo e de Superfície de Vale de Cambra, aprovando as minutas dos respetivos acordos, que têm inerente um valor total de €5.664.918,00.

Em 26-09-2013 foram as deliberações proferidas pela Câmara Municipal e pela Assembleia Municipal submetidas a visto do Tribunal de Contas. Sendo que, no âmbito do respetivo procedimento, foram solicitados esclarecimentos por aquela entidade, o que levou a que fosse feito pedido de prorrogação de prazo para permitir coligir toda a documentação solicitada, o que foi deferido, com a determinação de cancelamento da reabertura do processo.



No que respeita às Entidades não Societárias, o Município de Vale de Cambra participa nas seguintes:

Área Metropolitana do Porto
Foresp
ANMP
Porto e Norte, Turismo do Porto e Norte de Portugal, E.R.
AMTSM
ADRIMAG (Assoc. Desenv. Rural Integrado Serras Montemuro, Arada e Gralheira)
Energaia – Agência Energia Sul Área Metropolitana do Porto

9.2.26 – Descrição desagregada das responsabilidades, por garantia e cauções prestadas e recibos de cobrança

Ver documentos de prestação de contas n.ºs 9 e 10.

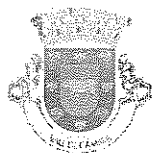
9.2.27 – Desdobramento das Contas de Provisões acumuladas com explicitação dos movimentos ocorridos no exercício

Conta		Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
291	Provisões para cobranças duvidosas	0	66.766,93€	0	66.766,93€
292	Provisões para riscos e encargos	130.796,63€	255.543,29€	0	386.339,92€

Em 2013 foram feitas provisões para cobrança duvidosa a Clientes, Contribuintes e Utentes no valor de 66.766,96€:

- 58.908,14€, para dívidas de terceiros em mora há mais de 12 meses;
- 7.858,79€, para dívidas de terceiros em mora há mais de 6 meses.

A provisão para Riscos e Encargos que foi constituída em 2013 refere-se à participação



que o Município tem na Empresa VCP – Parque de Estacionamento de Vale de Cambra, SA, cujos Capitais Próprios apresentam um valor negativo de 685.948,81€.

A provisão é de 49% (participação deste município) deste valor, diminuída da provisão já criada em 2012.

Foi ainda constituída provisão para a perda de metade do capital social por parte da VCP – Parque de Estacionamento de Vale de Cambra, SA.

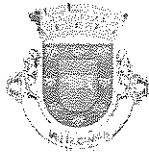
9.2.28 – Explicitação e justificação dos movimentos ocorridos no exercício de cada uma das contas da classe 5 – FUNDO PATRIMONIAL, constantes do balanço

Rubricas	Exercício 2012	Aumentos	Diminuições	Exercício 2013
51.Património	22.151.341,85€			22.151.341,85€
Reservas:				
57.1 Legais	1.413.045,21€	6.342,25€		1.419.387,46€
57.5 Subsídios	0	317.785,24€		317.785,24€
57.6 Doações	191.935,69€	12.650,00€		204.585,69€
59.Resultados Transitados	28.085.185,79€	1.826.425,81€	5.870.610,14€	24.041.001,46€
Sub Total – Classe 5	51.841.508,54€	2.163.203,30€	5.870.610,14€	48.134.101,70€
88. Resultado Líquido	126.844,91€	1.288.372,63€		1.415.217,54€
Total de Fundos Próprios	51.968.353,45€	3.451.575,93€	5.870.610,14€	49.549.319,24€

O Fundo Patrimonial apresentava no início do exercício de 2013 o valor de 51.968.353,45€, retendo-se em Património 22.151.341,85€ e o restante em Reservas, Doações e Resultados Transitados.

Na conta 57.1 -Reservas Legais - houve um aumento no valor de 6.342,25€ referente a aplicação de resultados líquidos conforme deliberação da Assembleia Municipal.

Na conta 57.5 – Subsídios – o valor de 317.785,24€, reflete transferências de valor



relativo a participações recebidas do IFDR - Instituto Financeiro de Desenvolvimento Regional, no âmbito da Candidatura “Operação Norte – 10- 0144- FEDER – 000478” – financiamento dos terrenos do Centro Escolar do Búzio (bens com taxa de amortização nula - Investimento não amortizável).

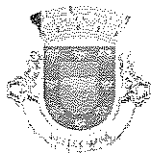
Na conta 57.6 – *Doações* – o aumento de 12.650,00€, refere-se às seguintes doações:

- 10.875,00€ da empresa Arsopi – Indústrias Metalúrgicas Arlindo S. Pinho, SA;
- 100,00€ da empresa Brandão & Simões, Lda;
- 1.200,00€ da empresa Distrivariante – Distribuição de bebidas e cafés, Lda;
- 200,00€ da empresa Gebo Packaging Solutions Portugal
- 75,00€ da empresa Neorelva-Embalagens Metalicas SA
- 100,00€ da empresa Mármore e Granitos, Lda
- 100,00€ da empresa Vicaima – Industria Madeiras e Derivados

Na conta 59 – *Resultados Transitados* – O decréscimo verificado nesta conta, no valor de 4.044.184,33€, deve-se essencialmente à correção efetuada na conta 27.4.5 – Proveitos Diferidos – Subsídios para Investimento, correção efetuada por contrapartida da conta 59 – Resultados Transitados.

Explicação das correções efetuadas na conta 27.4.5:

Por se considerarem relevantes foram efetuadas correções nas sub-contas da conta 27.4.5 – Proveitos Diferidos – Subsídios para Investimento. Foi efetuado um levantamento do valor dos Subsídios para Investimentos Amortizáveis que foram levados a Proveitos nos exercícios em que foram recebidos. Esta correção incidiu sobre todos os exercícios económicos desde o início de aplicação do Pocal – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, em 01 de janeiro de 2002.



9.2.29 – Demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

Un.: Euros (€)

	CMVMC	=	Existência Inicial	+	Compras	+	Regularizações	-	Existência Final
36.1	331.375,45	=	237.882,80	+	349.027,88	+	-347,24	-	255.187,99
32.1	9.740,52	=	0,00	+	9.740,52	+	0,00	-	0,00

9.2.31 – Demonstração dos Resultados Financeiros

Em anexo.

9.2.32 – Demonstração dos Resultados Extraordinários

Em anexo.

9.3 - Notas sobre o Processo Orçamental e Respetiva Execução

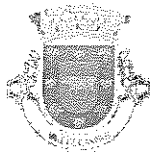
9.3.1.- Modificações ao Orçamento

Durante o exercício económico de 2013 foram efetuadas 38 modificações (trinta e sete alterações e uma revisão) ao Orçamento, as quais se consubstanciaram em:

- Trinta e oito alterações ao Orçamento da Despesa;
- Quinze alterações ao Plano de Atividades;
- Uma revisão ao Orçamento da Receita e ao Orçamento da Despesa.

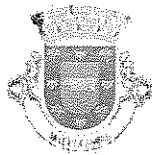
9.3.2 – Modificações ao Plano Plurianual de Investimentos e ao Plano de Atividades Municipal

No que se reporta ao Plano Plurianual de Investimentos e ao Plano de Atividades Municipal, na gerência em análise foram efetuadas:



- Trinta e uma alterações ao Plano Plurianual de Investimentos;
- Quinze alterações ao Plano de Atividades Municipal;
- Uma revisão ao Plano de Atividades Municipal e ao Plano Plurianual de Investimentos.

(ver documentos de prestação de contas n.ºs 14, 15 e 16).



ANEXOS

MAPA DO ATIVO BRUTO

Ano: 2013

(Unidade: €)

Conta	Designação	Saldo Inicial	Reavaliação	Aumentos	Alienações	Transferências Abais	Saldo Final
4	IMOBILIZAÇÕES	110.369.751,18		13.252.420,07		8.480.534,50	115.131.636,75
41	Investimentos Financeiros			125.619,00			125.619,00
41.1	Partes de Capital	233.269,00					126.119,00
41.1.2	Empresas Municipais e Intermunicipais	499,00		499,00		499,00	499,00
41.1.2.1	PRIMUS – Promoção, Desenvol. Regional, EMTI, S.A.			499,00			499,00
41.1.3	Empresas Privadas ou Cooperativas	232.770,00		125.120,00		232.770,00	125.120,00
41.1.3.1	ERSUC – Resíduos Sólidos do Centro, S.A.			98.275,00			98.275,00
41.1.3.2	LUSITÂNIA – Companhia de Gás do centro, S.A.			3.895,00			3.895,00
41.1.3.3	MUNICÍPIA – Empresa de Cartografia e Sist. Inform, S.A.			24.950,00			24.950,00
42	Imobilizações Corpóreas	53.012.918,52		1.872.729,20		48.193,38	54.837.454,34
42.1	Terranos e Recursos Naturais	7.942.957,50		9.160,00		1.300,00	7.950.837,50
42.2	Edifícios e Outras Construções	37.268.806,22		1.498.781,22		29.534,41	38.738.053,03
42.2.1	Edifícios	7.941.340,77		1.349.929,31			9.291.270,08
42.2.2	Outras Construções	29.327.465,45		148.851,91		29.534,41	29.446.782,95
42.2.2.01	Outros Edifícios	20.267.482,13		145.377,99		29.534,41	20.383.325,71
42.2.2.01.1	Instalações dos Serviços	2.318.471,67		3.473,92			2.321.945,59
42.2.2.01.2	Instalações Desportivas e Recreativas	7.828.072,76		27.422,50			7.855.495,26
42.2.2.01.3	Mercados e Instalações de Fiscalização Sanitária	524.719,89		106.757,73			631.477,62
42.2.2.01.5	Escolas	6.903.600,87		7.723,84		29.534,41	6.881.790,30
42.2.2.01.7	Outros	2.692.616,94					2.692.616,94
42.2.2.02	Construções Diversas	9.059.983,32		3.473,92			9.063.457,24
42.2.2.02.1	Outros	9.059.983,32		3.473,92			9.063.457,24
42.3	Equipamento Básico	2.542.375,14		102.135,77		14.604,97	2.629.905,94
42.3.9	Outros	2.542.375,14		102.135,77		14.604,97	2.629.905,94
42.4	Equipamento de Transporte	1.054.767,12		8.728,76			1.063.495,88
42.5	Ferramentas e Utensílios	118.084,70		3.022,22		177,46	120.989,48
42.6	Equipamento Administrativo	2.459.831,71		59.183,84		2.576,54	2.516.439,01
42.6.9	Outros	2.459.831,71		59.183,84		2.576,54	2.516.439,01
42.9	Outras Imobilizações Corpóreas	1.626.086,13		191.697,39			1.817.783,52
43		950.286,06		39.729,00			990.015,06
43.2	Despesas de Investigação e de Desenvolvimento	908.543,55		39.729,00			948.272,55
43.3	Propriedade Industrial e Outros Direitos	41.742,51					41.742,51
44	Imobilizações em Curso	8.108.084,97		3.142.462,72		8.384.479,87	2.866.047,82
44.2	Imob. em curso de Imobilizações corpóreas	1.220.905,59		2.488.551,05		1.084.872,14	2.625.584,50
44.5	Imob. em curso de Bens de Domínio Público	6.887.159,38		652.911,67		7.299.607,73	240.463,32
45	Bens de Domínio Público	48.288.481,63		8.071.880,15		47.861,25	56.312.600,53
45.1	Terranos e Recursos Naturais	7.585.190,00		406.011,85		15.390,00	7.975.811,85
45.3	Outras Construções e Infraestruturas	40.321.130,71		7.685.888,30		32.471,25	47.954.527,76
45.5	Bens do Património Histórico, Artístico e Cultural	332.583,80					332.583,80
45.9	Outros bens de Domínio Público	49.577,12					49.577,12
TOTAL		110.369.751,18		13.252.420,07		8.480.534,50	115.131.636,75

AMORTIZACÖES

Ano: 2013

(Unidade: €)

Conta	Designação	Saldo Inicial	Reforço	Regularizações	Saldo Final
48	AMORTIZACÖES ACUMULADAS	29.785.125,69	3.148.933,53	21.214,11	32.912.845,11
48.2	De Imobilizações Corpóreas	15.551.884,21	1.214.272,00	17.155,20	16.749.001,01
48.2.2.1	Edifícios	4.204.812,39	238.842,35		4.443.654,74
48.2.2.2	Outras Construções	5.316.746,05	511.898,85		5.828.644,90
48.2.3	Equipamento Básico	2.080.854,98	142.867,48	14.604,97	2.209.117,49
48.2.3.9	Outros	2.080.854,98	142.867,48	14.604,97	2.209.117,49
48.2.4	Equipamento de Transporte	764.965,20	60.024,58		824.989,78
48.2.5	Ferramentas e Utensílios	108.702,44	4.871,48	106,48	113.467,44
48.2.6	Equipamento Administrativo	2.151.531,98	94.167,28	2.443,75	2.243.255,51
48.2.6.9	Outros	2.151.531,98	94.167,28	2.443,75	2.243.255,51
48.2.9	Outras Imobilizações Corpóreas	924.271,17	161.599,98		1.085.871,15
48.3	De Imobilizações Incorpóreas	795.386,76	58.784,56		854.171,32
48.3.2	Despesas de Investigação e Desenvolvimento	753.644,25	58.784,56		812.428,81
48.3.3	Propriedade Industrial e Outros Direitos	41.742,51			41.742,51
48.5	De Bens de Domínio Público	13.437.854,72	1.875.876,97	4.058,91	15.309.672,78
48.5.3	Outras Construções e Infraestruturas	13.429.459,01	1.874.797,14	4.058,91	15.309.672,78
48.5.5	Bens de Património histórico, Artístico e Cultural	3.593,52	449,19		4.042,71
48.5.9	Outros Bens de Domínio Público	4.801,59	630,64		5.432,23
	TOTAL	29.785.125,69	3.148.933,53	21.214,11	32.912.845,11

ENTIDADE MVC

MUNICIPIO DE VALE DE CAMBRA

Janeiro - Rectificação

Pag. 1

CUSTOS E PERDAS	EXERCÍCIOS		PROVEITOS E GANHOS	EXERCÍCIOS	
	N	N - 1		N	N - 1
691 - TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL CONCEDIDAS	108.959,62	28.730,54	791 - RESTITUIÇÃO DE IMPOSTOS		
692 - DÍVIDAS INCOBRÁVEIS			792 - RECUPERAÇÃO DE DÍVIDAS		
693 - PERDAS EM EXISTÊNCIAS	512,97	3.230,71	793 - GANHOS EM EXISTÊNCIA	165,73	-630,77
694 - PERDAS EM IMOBILIZAÇÕES	12.834,86	1.266.739,57	794 - GANHOS IMOBILIZAÇÕES	18.558,00	-671.284,60
695 - MULTAS E PENALIDADES	60,00	721,50	795 - BENEFÍCIOS PENAL. CONTRATUAIS	208.662,40	
696 - AUMENTOS AMORTIZ. PROVISÕES			796 - REDUÇÕES AMORT. PROVISÕES		
697 - CORRECÇÕES REL. EXERC. ANTERIORES	61.213,65	353.025,02	797 - CORRECÇÕES RELAT. EXERC. ANTERIORES	18.223,44	-220.905,44
698 - OUTROS CUSTOS E PERDAS EXTRAORDINÁRIOS	22.693,38	453,76	798 - OUTROS PROV. GANHOS EXTRAORDINÁRIOS	1.039.359,37	-418.501,27
RESULTADOS EXTRAORDINARIOS	1.078.694,46	-2.964.223,18			
Total	1.284.968,94	-1.311.322,08	Total	1.284.968,94	-1.311.322,08

Em ___ de _____ de _____

Em ___ de _____ de _____

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS FINANCEIROS

ANO 2013

ENTIDADE

MVC

MUNICÍPIO DE VALE DE CAMBRA

Janeiro - Rectificação

Pag. 1

CUSTOS E PERDAS	EXERCÍCIOS		PROVEITOS E GANHOS	EXERCÍCIOS	
	N	N - 1		N	N - 1
681 - JUROS SUPORTADOS	522.681,86	278.443,67	781 - JUROS OBTIDOS	11.979,09	-30.416,00
682 - PERDAS EM ENTIDADES PARTICIPADAS		89.688,37	782 - GANHOS EM ENTIDADES PARTICIPADAS	22.254,94	
683 - AMORTIZAÇÕES DE INVESTIMENTOS EM IMÓVEIS			783 - RENDIMENTOS DE IMÓVEIS	73.704,37	-32.727,37
684 - PROVISÕES PARA APLICAÇÕES FINANCEIRAS			784 - RENDIMENTOS DE PARTICIPAÇÕES DE CAPITAL		
685 - DIFERENÇAS DE CÂMBIO DESFAVORÁVEIS			785 - DIFERENÇAS DE CÂMBIO FAVORÁVEIS		
687 - PERDAS NA ALIENAÇÃO DE APLICAÇÕES DE TESOURARIA			786 - DESC. DE PTO. PAGAMENTO OBTIDOS		
688 - OUTROS CUSTOS E PERDAS FINANCEIRAS	8.195,38	7.242,39	787 - GANHOS NA ALIEN. APLIC. TESOURARIA		
RESULTADOS FINANCEIROS	-422.938,84	-443.254,65	788 - OUTROS PROV. E GANHOS FINANCEIROS		-4.736,85
Total	107.938,40	-67.880,22	Total	107.938,40	-67.880,22

Em ____ de _____ de ____

Em ____ de _____ de ____

00116